O PLANEJAMENTO COLABORATIVO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

EIXO TEMÁTICO: 08
TIPO DO ESTUDO: RE

Paulo Eduardo Silva GALVÃO
e-mail: paulo.galvao@uems.br
Professor do Atendimento Educacional Especializado
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Celi Corrêa NERES
e-mail: c.neres@uol.com.br
Docente Permanente – Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

RESUMO: Este relato de experiência aborda a superação do modelo tradicional de ensino e a eliminação de barreiras de aprendizagem para acadêmicos com transtorno do espectro autista – TEA na educação superior. A problemática central reside na rigidez desse modelo, que se torna um obstáculo para os estudantes com TEA na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. O objetivo do trabalho é apresentar as estratégias para a implementação do planejamento colaborativo, articulando o atendimento educacional especializado - AEE com as práticas pedagógicas na educação superior, buscando a acessibilidade curricular e a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo. Na metodologia, de abordagem qualitativa e exploratória, utilizou-se, para coleta de dados as decisões e encaminhamento emanados das reuniões pedagógicas, observação participante e análise de recursos pedagógicos adaptados, como roteiros visuais e flexibilização de avaliações. Tais procedimentos buscaram a corresponsabilidade dos docentes e a qualificação das práticas pedagógicas. Conclui-se que a ação pedagógica foi eficiente para promover a inclusão, mas enfrentou desafios como a resistência inicial de alguns professores e a falta de suporte institucional, como a alocação de tempo para planejamento colaborativo. A experiência evidencia a necessidade de políticas mais robustas que valorizem e viabilizem a colaboração como pilar da educação inclusiva.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista. métodos pedagógicos. práticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência tem como objetivo aprofundar a discussão sobre a educação inclusiva no contexto da educação superior, a partir do enfoque na implementação do planejamento colaborativo para atender às demandas de acadêmicos com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Neres (2023), pontua que o movimento de educação para todos e da educação inclusiva, calcado na necessidade de universalização da educação básica, desencadeado a partir dos anos de 1990, possibilitou um aumento significativo matrículas de pessoas que são público da educação especial nessa etapa de ensino. O investimento em políticas de inclusão se apresenta, então, como estratégia de combate à exclusão de pessoas que historicamente tiveram seus direitos educacionais violados.

Tal situação resultou num incremento de matrículas também na educação superior que passou também a ser alvo de políticas de acesso para esse grupo. Neres (2023) afirma que presença desses alunos nas Instituições de Ensino Superior (IES), passou a exigir reorganização pedagógica, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, para garantir o acesso, a permanência e a progressão nos estudos, o que tem demandado um grande investimento em acessibilidade em todos os segmentos.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, desde sua criação, em 1993, tem sido destacada como uma IES focada em políticas inclusivas. Implantada com a missão de levar a educação superior para o interior do Estado, a universidade tem catorze Unidades Universitárias espalhadas nas cinco regiões do território de Mato Grosso do Sul e uma, criada depois de sua fundação, na capital, Campo Grande. No que se refere à educação especial, ofertou ao longo de sua história cursos de formação inicial e continuada de professores, dando especial atenção à área de educação especial. Além da graduação, a universidade oferta cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu com foco na educação especial e inclusão escolar e investe em projetos de pesquisa e extensão como forma de contribuir para a construção da educação inclusiva.

Há mais de quinze anos a universidade adotou alguns dispositivos para garantir o acesso, a permanência e a progressão dos estudos dos acadêmicos que são público da educação especial e mais recentemente, já com políticas mais robustas, a UEMS, aprovou algumas normativas importantes nesse aspecto, dentre elas destacam-se: Resolução COUNI-UEMS nº 496, de 29 de março de 2017 que autorizou a contratação de docentes para atuar no AEE, na pós-graduação; , Deliberação CPPG/CEPE-UEMS nº 231, de 28 de agosto de 2018, as cotas para pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, indígenas, negros e comunidade LGBTQIA+: 20% das vagas para candidatos/as negros/as; 10% para indígenas; 5% para candidatos/as com deficiência; 5% de sobrevagas para candidatos/as quilombolas; e 5% de sobrevagas para candidatos/as transexuais e travestis; Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312, de 30 de abril de 2020, que “Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na

Universidade Estadual UEMS 30 anos - Vol. I 64 de Mato Grosso do Sul" e que visa regulamentar os serviços e as ações para o atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; Deliberação CE/CEPE- -UEMS nº 337, de 12 de julho de 2022, que "Dispõe sobre a cota para pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, nos cursos de graduação, no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Deliberação CEPE/UEMS nº 389, de 29 de novembro de 2022, que "Dispõe sobre os procedimentos referentes à conclusão antecipada e à terminalidade para discentes público-alvo da Educação Especial regularmente matriculados(as) nos cursos de graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Com base nesse conjunto de normas, a UEMS, reafirmando seu compromisso com a democratização do acesso à educação superior, tem observado um aumento no número de estudantes pertencentes a esse grupo específico, especialmente com diagnóstico de transtornos do espectro autista (TEA), o que tem exigido a adoção de estratégias de ensino inovadoras e um Atendimento Educacional Especializado - AEE mais robusto. A problemática central apontada neste trabalho reside na necessidade de superar o modelo tradicional de ensino, que, por sua rigidez e falta de flexibilidade, muitas vezes se torna uma barreira para a participação plena desses estudantes. O relato de experiência visa apresentar as estratégias para a implementação do planejamento colaborativo, articulando o atendimento educacional especializado (AEE) com as práticas pedagógicas na educação superior, buscando a acessibilidade curricular e a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI,2008, documento central para a Educação Especial, define o AEE, enfatizando sua função de identificar e eliminar barreiras. Conforme a fonte,

> O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Brasil, 2008, p. 10)

Importante destacar que a inclusão de estudantes com TEA nos últimos anos tem exigido uma reflexão mais profunda sobre as barreiras que ainda persistem no contexto acadêmico. A rigidez dos currículos, a ausência de metodologias de ensino diversificadas e o desconhecimento sobre as especificidades do TEA por parte de alguns docentes são exemplos de obstáculos que limitam o pleno desenvolvimento desses estudantes. Em contrapartida, as políticas públicas de educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), garantem o

direito à educação para todos, convocando as universidades a se adaptarem. É nesse cenário de tensões e potencialidades que se insere o presente relato, cujo intuito é não apenas documentar uma prática, mas também contribuir para a construção de um saber-fazer pedagógico mais acessível e humano.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ao acolher um número crescente de estudantes com TEA, se depara com a urgência de uma reflexão mais profunda sobre as barreiras que ainda persistem no contexto acadêmico. A rigidez dos currículos, a ausência de metodologias de ensino diversificadas e o desconhecimento sobre as especificidades do TEA por parte de alguns docentes são exemplos de obstáculos que limitam o pleno desenvolvimento desses estudantes. É nesse cenário de tensões e potencialidades que a ação pedagógica do planejamento colaborativo se insere, buscando demonstrar que a colaboração entre professores, o uso de recursos didáticos adaptados e a flexibilização das avaliações podem transformar o ambiente acadêmico em um espaço mais acessível e humano.

A colaboração entre professores é essencial para garantir a qualidade do ensino e a participação de todos os estudantes, independentemente da heterogeneidade em sala de aula. O planejamento conjunto permite que o professor especialista e o professor regente estabeleçam as estratégias necessárias para que os estudantes elegíveis ao AEE possam participar de todas as atividades propostas. O respeito mútuo, a divisão de responsabilidades e a troca de experiências são fundamentais para que o trabalho seja realizado com êxito. Compreende-se que o ensino colaborativo pode ser uma resposta à solidão do professor, ao oferecer um espaço de compartilhamento de experiências e expectativas, o que contribui para a construção de novas práticas e a qualificação do trabalho pedagógico. Para Bandeira e Marques (2023), é necessário refletir sobre a urgência de pensar o trabalho docente para além do isolamento e, em decorrência, compreender o planejamento e a organização da aula como atividades colaborativas.

A ação pedagógica aqui relatada se propõe a ser um exemplo concreto de como a colaboração pode ser um pilar central para a efetivação de uma educação superior verdadeiramente inclusiva, superando os desafios e lacunas apontados por pesquisas recentes.

2 PLANEJAMENTO COLABORATIVO ENQUANTO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

A ação pedagógica foi elaborada a partir da constatação de que os acadêmicos com TEA, embora com diferentes perfis e níveis de suporte, enfrentavam dificuldades comuns, como a rigidez de pensamento, a dificuldade de comunicação social e a necessidade de rotinas previsíveis. O planejamento colaborativo, então, foi a estratégia central, envolvendo o professor de AEE e os professores das disciplinas do curso. A metodologia adotada consistiu em reuniões pedagógicas, nas quais o professor do AEE atuava como mediador, apresentando aos docentes as características do TEA e as possibilidades de adaptação didática. Como aponta Capellini (2004), a avaliação das possibilidades do ensino colaborativo

no processo de inclusão escolar é fundamental para o desenvolvimento profissional docente.

O foco da intervenção ocorreu mediante a criação de recursos pedagógicos acessíveis. Para as aulas teóricas, foram elaborados agenda de estudos personalizadas, trilhas de aprendizagem, mapas mentais visuais e roteiros de estudo com linguagem objetiva, para que os estudantes pudessem antecipar o conteúdo. Para as atividades práticas, que frequentemente causam ansiedade, foram desenvolvidas propostas em que os acadêmicos pudessem utilizar dos recursos audiovisuais, detalhando as etapas do processo. Essa medida não apenas facilitou a compreensão, mas também minimizou a imprevisibilidade, proporcionando aos acadêmicos um maior controle sobre suas próprias ações. A avaliação também foi flexibilizada, permitindo a entrega de trabalhos em diferentes formatos (escrito, oral, visual), valorizando a assimilação do conteúdo em detrimento do método de exposição. Essa abordagem está alinhada à ideia de que a acessibilidade didática deve ser construída no coletivo, para o benefício de todos (Lima, 2002).

A metodologia da pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, utilizou como principal instrumento a observação participante e a análise documental dos Planos Educacionais Individualizados - PEI e dos recursos pedagógicos criados. A observação, realizada durante as reuniões de planejamento e nos momentos de aplicação das atividades, permitiu registrar as interações entre os docentes e os estudantes. A análise dos documentos, por sua vez, revelou o processo de adaptação do currículo e a evolução das estratégias de ensino. Essa abordagem metodológica, fundamentada na perspectiva sistêmica, permitiu uma compreensão profunda da dinâmica da inclusão, reconhecendo as interdependências entre o estudante, o professor, o currículo e o ambiente acadêmico. Além disso, a pesquisa buscou dar voz aos estudantes e aos docentes, capturando suas percepções, desafios e sucessos, o que enriqueceu a análise e a discussão dos resultados.

2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A experiência demonstrou que o planejamento colaborativo é uma ferramenta poderosa e eficiente para a inclusão, mas sua implementação é desafiadora. A eficiência foi evidenciada pela melhora significativa na participação dos acadêmicos com TEA, que demonstraram maior engajamento nas atividades, reduziram comportamentos de evasão e apresentaram melhores resultados em suas avaliações. O uso de recursos pedagógicos adaptados, como os audiovisuais, foi crucial para o sucesso da intervenção, pois proporcionou autonomia e segurança aos estudantes. A didática, ao se tornar mais previsível e visual, foi acessível não apenas para os acadêmicos com TEA, mas para toda a turma. Segundo Capellini e Zerbato (2019, p.76), o ensino colaborativo "tem como pressuposto que ambos os professores trabalhem com todos os alunos em sala, adequando-se as atividades para que todos os alunos tenham acesso e possam participar da atividade planejada para dar alcance ao currículo".

No entanto, a ação também revelou lacunas. A resistência inicial de alguns professores, que manifestaram desconhecimento sobre o TEA e a percepção de que

as adaptações demandariam um tempo extra que não possuíam, foi uma barreira. A carência de um suporte institucional mais robusto, como a alocação de horas para o planejamento colaborativo na carga horária docente, demonstrou ser um obstáculo estrutural. O ideal de corresponsabilidade na prática pedagógica, em alguns momentos, colidiu com a cultura de isolamento profissional, um obstáculo já apontado por Zerbato (2014) na implementação do coensino. Assim, a eficiência da ação pedagógica, embora notável, depende da superação contínua de barreiras atitudinais e da consolidação de políticas institucionais que valorizem e viabilizem a colaboração como um pilar central da educação inclusiva.

A partir dos resultados, observou-se que o planejamento colaborativo e os recursos pedagógicos adaptados geraram um impacto positivo em três dimensões: na aprendizagem dos estudantes, na prática docente e na cultura institucional. Na dimensão da aprendizagem, os acadêmicos com TEA passaram a demonstrar maior proatividade, participando ativamente dos debates e apresentando seus trabalhos com mais segurança. O uso de recursos audiovisuais, por exemplo, reduziu a ansiedade e a sobrecarga cognitiva, permitindo que eles se concentrassem na essência do conteúdo. Na dimensão da prática docente, os professores envolvidos relataram uma mudança em suas perspectivas, reconhecendo a importância da flexibilidade didática e da personalização do ensino para o benefício de todos. O professor do AEE, ao mediar esse processo, atuou como um agente de formação continuada em serviço. Por fim, na dimensão institucional, a experiência serviu como um modelo-piloto, impulsionando a discussão sobre a necessidade de políticas mais claras e de um suporte estrutural para a inclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência descrita demonstrou que o planejamento colaborativo, quando implementado de forma estratégica, se revela uma ferramenta pedagógica de grande eficácia para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA na educação superior. A articulação entre o professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE e os professores das disciplinas do curso, atuando como mediador do processo, não apenas qualificou o trabalho docente, mas também resultou em um aumento significativo no engajamento e na participação dos acadêmicos. A melhoria no desempenho e a redução da evasão escolar dos estudantes com TEA confirmam a eficiência da abordagem.

A prática do planejamento colaborativo se alinha a uma concepção de educação inclusiva que busca aprimorar as práticas pedagógicas para atender à diversidade de todos os estudantes. Essa abordagem, que preconiza a qualificação do ensino em sala de aula comum, desafia o modelo pedagógico tradicional e individualista. A experiência evidenciou que a educação inclusiva é plenamente possível, desde que haja comprometimento e suporte institucional. O sucesso da intervenção se baseou na criação de uma cultura de acessibilidade, que se manifestou na elaboração de recursos pedagógicos adaptados, como roteiros visuais, mapas mentais e a flexibilização das avaliações. Tais recursos não apenas

beneficiaram os estudantes com TEA, mas também toda a turma, ao tornar a didática mais previsível e visual.

Contudo, os resultados também revelaram que a implementação do planejamento colaborativo não está isenta de desafios. A resistência de alguns professores, que manifestaram desconhecimento sobre o TEA e a percepção de que as adaptações demandariam um tempo que não possuíam, foi uma barreira significativa. Esse obstáculo demonstra a necessidade de uma formação continuada em serviço, onde o professor do AEE atua como um agente de mudança, mediando o processo de adaptação e mostrando os benefícios da flexibilidade didática. A carência de um suporte institucional robusto, como a alocação de horas para o planejamento colaborativo na carga horária docente, foi identificada como uma necessidade estrutural, evidenciando que a eficiência da ação pedagógica depende da superação de barreiras atitudinais e da consolidação de políticas que valorizem a colaboração. O trabalho em equipe exige que os profissionais envolvidos respeitem o conhecimento uns dos outros, dividam responsabilidades e troquem experiências para qualificar suas práticas.

A prática pedagógica, como um todo, não se limita ao planejamento, mas se estende à execução e à avaliação conjuntas, promovendo mais conforto e interação entre os profissionais envolvidos. A colaboração, inclusive, é um processo que pode ocorrer em diferentes estágios, desde a comunicação formal e infrequente até o estágio em que os professores trabalham verdadeiramente juntos, complementando-se. A experiência aqui relatada serviu como um modelo-piloto, que impulsionou a discussão sobre a necessidade de políticas mais claras e de um suporte estrutural para a inclusão.

Em suma, o relato de experiência reafirma a tese de que o planejamento colaborativo é uma estratégia essencial para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo. Para a instituição, os resultados desta intervenção oferecem um importante subsídio para a elaboração de políticas institucionais que fortaleçam a colaboração e a formação continuada, garantindo que o direito à educação seja uma realidade para todos os seus estudantes. A experiência demonstra que, ao transformar a cultura de isolamento em uma cultura de parceria e corresponsabilidade, é possível não apenas atender às necessidades individuais dos estudantes, mas também enriquecer a prática pedagógica de toda a comunidade acadêmica. O sucesso da inclusão depende de um esforço coletivo e contínuo, onde todos os envolvidos – estudantes, docentes, famílias e a gestão escolar – se engajam na busca por uma educação de qualidade que reconheça e valorize a diversidade. O planejamento colaborativo é o caminho para essa transformação, tornando-se um pilar central para a efetivação de uma educação superior mais humana e acessível.

REFERÊNCIAS

Bandeira, H. M. M., & Marques, E. S. A. (2023). Planejamento colaborativo: Necessidade e possibilidade no trabalho docente no Ensino Superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, 18(00), e023028.

Brasil. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília: Ministério da Educação.

Capellini, V. L. M. F. (2004). *Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental* [Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.

Capellini, V. L. M. F., & Zerbato, A. P. (2019). *O que é o ensino colaborativo* (1 ed.). Edicon.

Lima, Á. (2002). *As culturas colaborativas nas escolas: Estruturas, processos e conteúdos*. Porto Editora.

Neres, C. C. N. (2023). A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a inclusão de Pessoas com deficiência. In C. C. N. Neres et al. (Orgs.), *UEMS 30 anos histórias e memórias de uma universidade inclusiva e de qualidade socialmente referenciada: volume I* (pp. 50-73). Editora UEMS.

Zerbato, A. P. (2014). *O papel do professor de educação especial na proposta do coensino* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.